

1 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
2 ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA
3 1995/1999

4

5 Ao primeiro dia do mês de junho de um mil novecentos e noventa e oito, foi realizada, na Sala de Reuniões
6 do Conselho Nacional de Saúde, a Septuagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
7 Saúde. Conselheiro **Newton Araújo Leite**, designado para a Coordenação dos Trabalhos do CNS,
8 concluindo que havia *quorum*, declarou aberta a Septuagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho
9 Nacional de Saúde, cumprimentando os membros do referido Conselho, bem como os membros dos
10 Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde ali presentes. Em seguida, colocou para apreciação a Pauta,
11 iniciando com o **ITEM 01: INFORMES** – Conselheiro **Omilton Visconde** lembrou aos demais Conselheiros
12 a situação preocupante da falsificação de medicamentos que vem ocorrendo no país e as dificuldades
13 para se fiscalizar o setor, informando, contudo, que a Indústria não estava omisa à questão. Sugeriu,
14 então, em nome da CNI, que fossem levados ao Conselho Nacional de Saúde representantes da Indústria
15 Farmacêutica, pessoas e entidades de classe e empresas que estivessem enfrentando o problema para que
16 se tivesse uma noção da extensão do quadro, para que pudessem contribuir com soluções integradas da
17 Indústria como outros setores envolvidos, ressaltando a importância da participação do Governo.
18 Conselheiro **Newton Araújo Leite** propôs ao Conselheiro **Omilton** que apresentasse a questão como ponto
19 de Pauta para a próxima Reunião. Conselheiro **Artur Custódio M. de Sousa** corroborou com a posição do
20 Conselheiro **Omilton** e declarou que o CNS estaria, por vezes, deixando de discutir assuntos atuais e
21 trabalhando em função de uma demanda do Executivo. Conselheira **Cláudia Marques Maximino** lembrou
22 que no dia três de dezembro de um mil novecentos e noventa e sete fora aprovada a Tabela de Próteses e
23 Orteses, questionando os motivos da publicação parcialmente, não constando os Valores e os Anexos.
24 Solicitou, ainda, ao **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos**, Coordenador Geral do CNS, uma resposta do
25 Conselho sobre os Cursos a serem realizados na referida área. Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond**
26 pediu esclarecimentos sobre a existência de uma Portaria do Ministério da Saúde que retiraria os Hospitais
27 da Administração dos Municípios, retornando, então, para a Administração dos Estados. **Dr. Nelson**
28 **Rodrigues dos Santos**, respondendo à questão levantada pela Conselheira **Cláudia**, informou que os
29 cursos dependiam de uma resposta do Ministério da Educação, ainda não apresentada. Sobre a indagação
30 do Conselheiro **Jocélio**, colocou que na Reunião da Comissão de Integrestores Tripartite havia sido
31 apresentada uma Minuta de Portaria, retirando da Gestão Municipal a Administração Hospitalar dos
32 Hospitais Públicos e Universitários. A Minuta fora aprovada por unanimidade, pelos membros da Comissão,
33 já que afrontava os dispositivos da NOB/96 e da Lei nº 8.080 e, em seguida, fora enviada a uma Câmara
34 Técnica Tripartite, para as devidas averiguações, inclusive, quanto à sua procedência. Conselheiro **Artur**
35 **Custódio M. de Sousa** comunicou aos Conselheiros que durante uma entrevista realizada no “Programa
36 Roda-Viva”, a resposta do senhor Ministro da Saúde, **Dr. José Serra** a uma indagação do Conselheiro
37 **Mário César Scheffer** gerara constrangimento, e pediu ao CNS que se manifestasse sobre o ocorrido.
38 Apresentou, ainda, aos Conselheiros o Relatório da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho, estabelecida
39 pelo CNS através da Resolução nº 270, criado com relação aos Hospitais Colônia, sugerindo a co-
40 validação da Portaria nº 164/98. Conselheiro **Newton Araújo Leite** solicitou que o Grupo apresentasse a
41 sugestão em forma de Moção ou Resolução, para apreciação do Conselho. Conselheiro **Jocélio Henrique**
42 **Drummond** denunciou a alteração do valor do pagamento de partos naturais e cesarianas, através de uma
43 Portaria do Ministério da Saúde, lembrando aos Conselheiros que esse tipo de alteração seria de
44 competência do CNS. Sugeriu a imediata revogação da referida Portaria e apresentação do assunto à
45 apreciação do Conselho Nacional de Saúde. Conselheira **Lucimar Rodrigues Coser Cannon** informou
46 que, na última sexta-feira, celebrou-se o “Dia Nacional de Luta pela Mulher” e a alteração estaria
47 atendendo uma demanda das mulheres brasileiras com relação à Mortalidade Materna no País, mas, traria
48 ao Conselho informações de como ocorreu o trâmite dentro do Ministério da Saúde. Coordenador **Geral do**
49 **CNS**, **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** pediu a compreensão dos Conselheiros, lembrando que a
50 preparação da Septuagésima Sétima Reunião teria sido prejudicada, em virtude da Secretaria Executiva do
51 Conselho estar comprometida com a organização do II Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde.
52 Informou ainda que, nas Pastas dos Conselheiros encontravam-se: 1) Ata-resumo da Septuagésima Sexta
53 Reunião Ordinária; 2) Relatório da Décima Conferência Nacional de Saúde; 3) Informe da Assessoria de
54 Comunicação do Conselho Nacional de Saúde sobre o II Encontro Nacional de Conselheiros; 4) Texto
55 preparado pelo IEC, Ministério da Saúde: “O SUS e o Controle Social – Guia de Referência para
56 Conselheiros Municipais” e 5) Versão final do relatório sobre “Política Nacional de Medicamentos”.
57 Conselheiro **Newton Araújo Leite** comunicou a ausência justificada do Conselheiro **Mário César Scheffer**,
58 por este estar participando da Coordenação da Reunião da Comissão de Comunicação em Saúde.
59 Esgotada a parte de informes, passou-se para o **ITEM 02 – RELATO E ATOS FINAIS DA PREPARAÇÃO**
60 **DO II ENCONTRO NACIONAL DE CONSELHEIROS DE SAÚDE** – Conselheira **Zilda Arns** comunicou que
61 a resposta ao referido Encontro fora extremamente positiva, chegando a mais de mil e quatrocentas
62 inscrições. Informou que foram selecionados nove temas para debate, sendo os três primeiros subdivididos

63 em dois grupos e cada grupo seria organizado de forma a ter: um Coordenador eleito pelo grupo; um
64 Relator, proposto pela Comissão; um Jornalista, também proposto pela Comissão; e um Especialista de
65 cada tema. Comunicou, ainda, que estava prevista a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da
66 Saúde ao referido Encontro. Conselheiro **Temístocles M. Neto** lembrou que o CNS deveria indicar, para a
67 mesa de abertura, dois representantes de usuários; um profissional de saúde portador de patologia,
68 juntamente com a Conselheira **Zilda Arns**. As outras sugestões apresentadas foram: Conselheiro
69 **Temístocles** para representar profissional de saúde e Conselheira **Ana Maria Lima Barbosa** para
70 representar os portadores de patologia. **Colocadas em votação, foram consideradas aprovadas as**
71 **indicações apresentadas**. Conselheiro **Jocélio H. Drummond** comunicou que os Encontros apresentavam
72 um crescimento geométrico, extremamente positivo, refletindo o crescimento e a consolidação dos
73 Conselhos de Saúde no Brasil e participação efetiva do Conselho Nacional de Saúde. Conselheira **Ana**
74 **Maria Lima Barbosa** lembrou aos Conselheiros que haveria grande volume de trabalho e, por isso,
75 ressaltou a importância do envolvimento de todos os Conselheiros ali presentes. Conselheiro **Newton**
76 **Araújo Leite** acrescentou que os Conselheiros que quisessem permanecer durante os três dias do
77 Encontro deveriam dirigir-se à Secretaria Executiva do Conselho, para as providências cabíveis. **Dr. Nelson**
78 **Rodrigues dos Santos** salientou que as pessoas envolvidas na organização do evento, devido ao vultoso
79 número de inscrições, trabalharam, exaustivamente, nos últimos quinze dias, contando com a participação
80 do Ministério da Saúde, inclusive, com recursos financeiros de última hora e o Governo do Distrito Federal
81 que colocou à disposição e gratuitamente, o “Centro de Convenções Ulisses Guimarães” para a realização
82 do Encontro. Conselheira **Zilda Arns** lembrou, também, a participação de Entidades não Governamentais,
83 citando a Pastoral da Criança. Não havendo mais nenhuma observação, Conselheiro **Newton Araújo Leite**
84 passou para o **ITEM 05 – REGULAMENTAÇÃO DE PESQUISAS COORDENADAS DO EXTERIOR**
85 (**PROPOSTA DE NORMA DA CONEP**) - **Dra. Corina**, Secretária Executiva da CONEP, informou que a
86 Proposta fora preparada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, atendendo à Resolução nº 196, a
87 qual trata das “Normas em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos”, que considerou as “Pesquisas
88 Coordenadas do Exterior” como área temática especial, necessitando de uma norma específica.
89 Conselheiro **Newton Araújo Leite** sugeriu que, durante a leitura da Proposta de Resolução, caso surgissem
90 dúvidas ou ressalvas, os Conselheiros apresentassem as propostas de alterações para a próxima reunião,
91 ou as enviassem por FAX à Secretaria Executiva da CONEP, para que fossem incorporadas e, depois
92 disso, então, votada a Resolução. **Dra. Corina** procedeu à leitura do documento, fazendo as devidas
93 complementações. Conselheiro **Mário César Scheffer** desculpou-se pelo atraso, justificando estar,
94 também, Coordenando a Comissão de Comunicação de Saúde do CNS e ressaltou a urgência e a
95 importância do assunto em debate. Conselheiro **Carlyle Guerra de Macedo** sugeriu que as pesquisas de
96 natureza epidemiológicas ou sociológicas, envolvendo seres humanos, patrocinadas por Organizações
97 Intergovernamentais Oficiais, das quais o Brasil faz parte, passassem a ser apreciadas pela CONEP e, se
98 necessário, pelo CEP local. **Dra. Corina** informou que a CONEP vem procurando fazer com que o projeto
99 de pesquisa seja analisado, inicialmente, a nível local, objetivando a clara responsabilização das partes e,
100 posteriormente, a nível Federal, pela própria CONEP. Acrescentou a necessidade de reformulação do Item I
101 – Definição da Referida Proposta de Resolução. Conselheiro **Newton de Araújo Leite** agradeceu a
102 presença da **Dra. Corina** e, antes de encerrar os trabalhos para o almoço, lembrou aos Conselheiros que
103 procedessem à leitura da Ata da Septuagésima Sexta Reunião Ordinária e passou a palavra à Conselheira
104 **Ana Maria Lima Barbosa**, que registrou a importância da participação e mobilização dos Representantes
105 Estaduais, no tocante ao II Encontro Nacional de Conselheiros. Nada mais havendo a acrescentar,
106 Conselheiro **Newton de Araújo Leite** informou que os trabalhos reiniciar-se-iam às quatorze horas.
107 Terminado o intervalo de almoço, os trabalhos foram retomados às quatorze horas e trinta minutos, tendo
108 como Coordenador Conselheiro **Omilton Visconde**, que deu andamento ao **ITEM 04 – A PEC-169**.
109 **ALTERNATIVAS E A CONSTRUÇÃO DO SUS** – Conselheiro **Carlyle G. Macedo** salientou que o CNS
110 encarregara a Comissão de Orçamento e Finanças de propor atualização da PEC 169, e que estes reunir-
111 se-iam no dia treze de maio de mil novecentos e noventa e oito, porém, tendo em vista a complexidade do
112 tema, a Comissão não formulara um documento para apreciação mas, trouxera ao Conselho um esquema,
113 identificando oito questões específicas sobre o problema: 1) A Comissão solicita o posicionamento do CNS
114 para evidenciar as características do financiamento necessário à saúde no Brasil, recomendando três
115 características essenciais: suficiência em relação à situação do desenvolvimento nacional e em relação aos
116 compromissos com a saúde do povo; que os níveis de recursos sejam definitivos, não estando sujeitos a
117 alterações conjunturais; e que sejam recursos explicitamente definidos; 2) A definição do nível de recursos;
118 3) Uma vez que a Constituição proíbe a vinculação de recursos a um determinado setor, a Emenda teria
119 que fazer uma exceção, como acontecera com a Educação; 4) A Comissão analisou as quatro Propostas
120 correntes no Congresso Nacional identificando que existem muitas imprecisões e inconsistências em termos
121 de definição, gerando dúvidas sobre a Interpretação da Emenda Constitucional. Levando em consideração
122 tais fatores, a Comissão trouxe ao Conselho duas possibilidades: I – A nível da União, que os recursos
123 destinados à Saúde não fossem inferiores a 30% do orçamento da Seguridade Social e II – Que o
124 financiamento da União fosse feito através de fontes específicas da Saúde, como CONFINS e CPMF e que

o conjunto dessas fontes não fosse inferior a 28% da Receita Fiscal Corrente, excluídas as Transferências Constitucionais para os Estados e Municípios; 5) Assumindo que a modificação proposta fosse aprovada para o ano de mil novecentos e noventa e nove, que valesse para o ano dois mil, conforme estipula a própria Constituição, e que os Estados e Municípios se esforçassem para que essa adaptação fosse progressiva nos três próximos anos, de forma a completar-se no ano dois mil e dois; 6) A Comissão recomenda que o Conselho considere se devem estar incluídos nos Orçamento da Saúde o pagamento da dívida e o custo dos inativos; 7) O Conselho deve manter uma posição mais clara com relação à utilização dos recursos e, por tal, a Comissão identificou cinco pontos para consideração: o princípio básico da universalidade aos serviços do SUS; ações de promoção e prevenção, específica ou geral; aplicação dos recursos de forma descentralizada; prioridade às questões típicas de Governo, ressaltando a vigilância sanitária; e a reafirmação de que o objetivo do Sistema está na eficácia social; e 8) Aprovadas essas diretrizes pelo CNS, a Comissão propõe-se elaborar documento resumido, expressando a vontade do Conselho e apresentá-lo ao Ministério da Saúde, Congresso, Conselho Estaduais e Municipais e à Sociedade, como um todo. Conselheiro **Nilzo Augusto M. Ribeiro** solicitou receber a Proposta apresentada por escrito. Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** alertou os Conselheiros que tivessem cuidado ao abrir novo debate sobre a PEC/169 no momento em que estavam sendo votados os valores no Congresso Nacional. Conselheiro **Sérgio Francisco Piola** lembrou que estudos efetuados comprovavam uma relação de proporcionalidade entre renda "per capita" X aplicação em saúde, sendo que na área rural, o percentual era diferenciado, e ressaltou a importância da descentralização da distribuição dos recursos. Conselheiro **Gilson Cantarino O. Dwyer** expôs a dificuldade em posicionar-se sobre o assunto, sem ouvir o Conselho Deliberativo do CONASEMS e indagou à Comissão se poderia apresentar Proposta por escrito, para ser analisada e colocada em discussão na próxima reunião. Informou, ainda, que o Ministro da Fazenda declarara no Jornal do Brasil que os Princípios Constitucionais relacionados à Saúde deveriam ser revistos, além de caber aos Estados a oferta da Assistência Ambulatorial de Urgência e solicitou que a Assessoria de Comunicação Social do Conselho fizesse uma averiguação. Professor **Elias** alertou que o último posicionamento do CNS sobre o assunto era favorável à PEC/169 e ao Relatório do **Deputado Perondi**, e que o Conselho deveria, paralelamente ao debate, esforçar-se para garantir a reintrodução na LDO de 1994 dos trinta por cento do Orçamento da Seguridade Social para o Setor Saúde, no exercício de um mil novecentos e noventa e nove. Conselheiro **Newton Araújo Leite** concordou com as colocações do Conselheiro **Sérgio Piola**, considerando imprescindível a inclusão do processo de descentralização no documento apresentado pela Comissão. Conselheiro **Carlyle G. Macedo** desculpou-se por não ter trazido a Proposta por escrito e salientou que a mudança apresentada pela Comissão não era quanto ao nível de financiamento da União, mas quanto à elevação de contribuição e participação dos Estados e Municípios. Dr. **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que haveria, no dia vinte e quatro de junho, Reunião Extraordinária da Comissão de Orçamento e Finanças, que teria como pauta básica fazer a consolidação da execução orçamentária de um mil novecentos e noventa e oito e a colocação de alternativas do Orçamento da Saúde do ano de mil novecentos e noventa e nove e propôs ao Conselheiro **Carlyle** que trouxesse, nessa Reunião, a redação da Proposta em discussão e que em seu conteúdo fosse colocado um dispositivo que tratasse da LDO, para ser distribuída aos Conselheiros. Professor **Elias** informou que a LDO seria votada no dia trinta de junho, portanto, esse prazo não atenderia à sua demanda. Conselheira **Zilda Arns** propôs, então, que o Conselheiro redigisse uma proposta para apreciação do Conselho. Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** solicitou que fossem acrescentados à relação de documentos para utilização da Comissão, os depoimentos do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, na OPAS e do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no Congresso Nacional. Professor **Elias** sugeriu que, na primeira terça-feira do mês de agosto, antecedente à Reunião Ordinária, a Comissão de Orçamento e Finanças do CNS debatesse sobre o Orçamento de 1999. **Colocada em votação, a sugestão foi aprovada por unanimidade.** Sobre a Proposta apresentada pelo Conselheiro **Carlyle**, a sugestão seria de que ela fosse apresentada por escrito e, posteriormente, ampliada para apreciação do CNS. Professor **Elias** teceu, ainda, alguns esclarecimentos sobre o material distribuído aos Conselheiros quanto ao processo de Execução Orçamentária. Passaram, então, para o **ITEM 06 – REFORSUS: OBJETIVOS, METAS, DIFICULDADES, DESEMPENHO E RESULTADOS – Dr. Gabriel Ferrato**, Coordenador do REFORSUS, apresentou documento, destacando os aspectos relevantes e positivos do Projeto REFORSUS, bem como os entraves e dificuldades que este vem enfrentando. Apresentou, ainda, um quadro composto dos Projetos Aprovados e por Projetos com Expectativa de Aprovação, além de um quadro constando os Projetos em Execução, Projetos com Termos de Referência Concluídos/A Concluir e Projetos a Definir Termos de Referência. Após esclarecimentos sobre material apresentado, Dr. **Gabriel Ferrato** agradeceu a todos pela atenção e colocou-se à disposição para os questionamentos. Conselheira **Zilda Arns** indagou se o sucesso do PAB se ateria, apenas, ao Sistema Público, e sugeriu que o REFORSUS atendesse setores mais simples, citando como exemplo a dificuldade de algumas mães de, no momento do parto, não encontrarem vagas na maternidade, e que deveria ser criada **uma Central de Vagas**. Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** solicitou ao Dr. **Ferrato** uma cópia do Contrato efetuado entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro, referente ao REFORSUS, e uma relação dos

187 projetos aprovados, por Estado, com o valor desembolsado. Conselheiro **Augusto Alves Amorim**
188 questionou se os trabalhos em execução atenderiam apenas à Rede Pública ou incluiriam, também, a Rede
189 Credenciada. **Dr. Gabriel Ferrato** respondeu que a Rede Credenciada também estava incluída. Sobre a
190 indagação da Conselheira **Zilda Arns**, esclareceu que o impacto do PAB atinha-se ao local de sua
191 implantação e informou que já existiam vários projetos em andamento relativos à Central de Vagas.
192 Respondendo à questão do Conselheiro **Jocélio Drummond**, **Dr. Ferrato** informou que a cópia da
193 documentação estava à disposição e que fora realizado um processo de reorganização do Sistema de
194 Informações do REFORSUS, e que ao acessar-se a Internet, o Conselheiro encontraria relação dos
195 Projetos Aprovados. Conselheiro **Oswaldo Lourenço** pediu esclarecimentos sobre os Estudos de Novos
196 Modelos de Gestão de Sistemas e Estabelecimentos de Saúde, referentes ao Estado de São Paulo, e
197 informações sobre o Apoio à Iniciativas Locais Inovadoras. Conselheiro **Newton Araújo Leite** informou aos
198 Conselheiros que havia sido aprovado um Projeto, pelo REFORSUS, no valor de oito milhões de reais, no
199 Hospital sob sua Direção e parabenizou o trabalho do **Dr. Gabriel** e sua equipe. Conselheiro **Antônio**
200 **Sabino dos Santos** questionou se poderia ser fornecido um relatório, por Estado, dos hospitais que
201 estariam recebendo recursos do SUS. Conselheiro **Temístocles M. Neto** indagou sobre a possibilidade dos
202 Conselhos Estaduais de Saúde receberem cópia do documento enviado aos Secretários Estaduais de
203 Saúde, contendo a situação de cada Projeto. Conselheira **Zilda Arns** questionou se as Comissões do
204 REFORSUS nas Secretarias haviam sido treinadas e o que havia sido financiado ao PAB, através da verba
205 do REFORSUS. Conselheiro **Antônio Sabino** apresentou uma denúncia de fraude no Estado de Alagoas,
206 com recursos do SUS. Conselheiro **Sérgio Francisco Piola** sugeriu que se incluísse nos Projetos, como
207 Termos de Referência, os Projetos de Modernização Gerencial/Gestão do Sistema de Saúde. **Dr. Gabriel**
208 **Ferrato** lembrou que a Gestão do Sistema de Saúde já fazia parte da rotina e, Projetos como o
209 REFORSUS, deveriam enfatizar as novidades, como a Gestão em Estabelecimentos. Declarou, ainda, que
210 todas as informações requeridas pelos Conselheiros estariam na Internet. Não havendo mais indagações,
211 **Dr. Gabriel Ferrato** agradeceu a todos pela atenção dispensada. Passou-se ao **ITEM 07 – RELATO DA**
212 **REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE DE 19/05/98 - Dra. Lourdes**, responsável
213 pela apresentação do tema, informou que a última Reunião realizara-se no dia dezenove de maio de mil
214 novecentos e noventa e oito e que a não realização da Reunião do mês de abril, não prejudicara a
215 habilitação dos Municípios, feita *ad referendum*. Apresentou, por meio de transparências, o andamento do
216 Processo de habilitação dos Municípios, destacando que: 1) Atualmente, existem quatro mil, cento e
217 dezessete Municípios habilitados; 2) Existem cento e vinte milhões de pessoas residindo em Municípios
218 com alguma das Condições de Gestão, representando 76,56% da população coberta; 3) Os recursos
219 correspondentes à parte fixa do PAB, a serem transferidos para os Municípios habilitados em dez de julho
220 de mil novecentos e noventa e oito somam sessenta e três milhões, novecentos e sessenta e nove mil reais;
221 4) A última Reunião foi Coordenada, provisoriamente, pelo Secretário de Assistência em Saúde, **Dr.**
222 **Renilson**; 5) Foram habilitados, ainda, o Distrito Federal, na Gestão Avançada e o Estado de Alagoas, na
223 Gestão Plena do Sistema Estadual; 6) A Recomposição dos Tetos Financeiros dos Estados para média e
224 alta complexidade ambulatorial hospitalar e de internação obtiveram reajuste de forma inversamente
225 proporcional ao “per capita” atual; 7) A incorporação dos vinte cinco por cento do Fator de Recomposição, a
226 partir do mês de junho de mil novecentos e noventa e nove; e 8) A criação de uma Câmara Técnica na
227 Tripartite. Conselheiro **Omilton Visconde** apresentou aos Conselheiros o novo Secretário de Políticas de
228 Saúde, **Dr. João Yunes**, que se desculpou pelo seu atraso, e ressaltou que o SUS é um grande avanço no
229 Setor Saúde. Conselheira **Zilda Arns** cumprimentou **Dr. Yunes** e indagou se os Municípios, com Gestão
230 semiplena teriam um Conselho bem constituído, e se poderiam ter acesso, através da Internet, aos
231 Municípios de Gestão plena. Conselheiro **Jocélio Drummond** também lhe desejou as boas vindas e
232 informou que tomara conhecimento através da imprensa, de uma Resolução do Ministério da Saúde que
233 alterava o pagamento dos partos e considerou que a **Resolução tomada seria, da competência do**
234 **Conselho Nacional de Saúde**. Conselheiro **Temístocles M. Neto** perguntou à **Dra. Lourdes** qual seria a
235 situação real do processo de habilitação do Estado de Minas Gerais e solicitou cópia das transparências
236 apresentadas, indagando se haveria possibilidade da Tripartite remeter ao Conselho a lista dos Municípios
237 habilitados à Gestão Plena do Setor Municipal. Sobre a questão do Conselheiro **Jocélio**, **Dr. Yunes**
238 esclareceu que entraria em contato com **Dr. Renilson** e procuraria informar-se. **Dra. Lourdes**,
239 respondendo à indagação da Conselheira **Zilda**, informou que era requisito da NOB que os Municípios
240 tivessem Conselho e Fundo, e sobre a lista de Municípios já na Internet, procuraria averiguar, a fim de
241 disponibilizar a lista totalmente atualizada. **Dr. Yunes** informou que na última Reunião Tripartite o Senhor
242 Ministro discutira sobre a Campanha Nacional da Prevenção do Câncer e que se formara um Comitê
243 Executivo, com representantes do Ministério da Saúde, CONASS E CONASEMS, e solicitou que o CNS
244 indicasse um membro para participar desse Comitê. **Dra. Lourdes**, respondendo à questão levantada pelo
245 Conselheiro **Temístocles**, colocou que o Estado de Minas Gerais solicitara habilitação em janeiro e, devido
246 a algumas pendências na entrega de documentação fora do prazo, ficara suspensa a habilitação do Estado,
247 para a revisão do teto. Conselheiro **Mário Scheffer** ressaltou que o CNS havia criado uma Comissão de
248 Comunicação Social que estaria à disposição para participar no processo de construção de uma Política de

249 Comunicação e Educação no SUS. Conselheiro **Artur** apresentou ao **Dr. Yunes** dois problemas: o primeiro,
250 com relação à manifestação contrária de segmentos do CNS à criação de Comitês de Organização e o
251 segundo, referente à compra do medicamento Predisona, para doentes de hanseníase. Conselheiro **Gilson**
252 **Cantarino** levantou duas questões: A relação conflitiva da Tripartite com o CNS e as Portarias assinadas
253 pelo Senhor Ministro, sem consulta prévia ao CNS. **Dr. Yunes** comprometeu-se em averiguar todas as
254 questões colocadas pelos Conselheiros. Conselheira **Ana Maria** informou que havia, no Ministério da
255 Saúde, um Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência que deveria ser discutido e ter
256 penetração junto aos outros Programas, proporcionando uma maior participação e informou que fora
257 apresentada uma nova Tabela para Regulamentação de Órteses e Próteses, publicada apenas parte dela e,
258 solicitou ao **Dr. Yunes** que averiguasse o andamento da publicação total da mesma. Conselheiro **Antônio**
259 **Sabino** sugeriu a criação de um documento resumido, porém, mais preciso e objetivo, baseado no perfil
260 epidemiológico, para os Municípios, visando beneficiar os usuários do SUS. **Dr. Yunes** sugeriu ao
261 Conselheiro que apresentasse a sugestão na reunião do dia seguinte e que o CNS recebesse, com
262 antecedência, os assuntos a serem discutidos na Tripartite. Concluindo, agradeceu a todos e colocou-se à
263 disposição do CNS. **ITEM 03 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA 76º** - Resolveram que
264 apreciariam a Ata da 76ª Reunião Ordinária na próxima Reunião e que as propostas de Pauta seriam
265 enviadas à Secretaria Executiva, via FAX. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou aos Conselheiros
266 que o Coordenador da Comissão do Ministério da Saúde estava discutindo a Reestruturação e que
267 contatara o Conselho Nacional de Saúde para agendar uma reunião. Conselheiro **Artur Custódio M. de**
268 **Souza** procedeu à leitura da Resolução que co-validaria a Portaria 164, suspensa por uma Resolução do
269 CNS e, colocada em votação, foi considerada aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a
270 acrescentar, o **Coordenador Dr. Nelson** agradeceu a presença dos Conselheiros e declarou encerrada a
271 reunião. Conselheiros Presentes: **Ana Maria Lima Barbosa, Antônio Sabino dos Santos, Artur Custódio**
272 **M. de Sousa, Augusto Alves de Amorim, Cláudia Marques Maximino, Edenilza Campos de Assis e**
273 **Mendes, Gilson Catarino O. Dwyer, Jocélio Henrique Drummond, José Lião de Almeida, Júlio de**
274 **Albuquerque Bierrembach, Lucimar Rodrigues Coser Cannon, Mozart de Abreu Lima, Newton de**
275 **Araújo Leite, Nilson Augusto Mendes Ribeiro, Olympio Távora Corrêa, Omilton Visconde, Oswaldo**
276 **Lourenço, Roberto Passeto Falcão, Temístocles Marcelos Neto, Zenite da Graça de Freitas, Zilda**
277 **Arns Neumann.**